

Proteção de Dados Pessoais



Folheto informativo:

“O presente documento tem como objetivo dar a conhecer a forma como a APDL trata os seus Dados Pessoais e garante a sua privacidade no desenvolvimento e realização das suas atividades.”

**Administração dos Portos
do Douro, Leixões e Viana
do Castelo, S.A.**

Sede:
Avenida da Liberdade
4450-718 Leça da Palmeira

+351 229 990 700

13/07/2018

FOLHETO INFORMATIVO

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo S.A., (“APDL”) respeita a sua privacidade e valoriza a relação que mantém consigo. O presente documento tem como objetivo dar a conhecer a forma como a APDL trata os seus Dados Pessoais e garante a sua privacidade no desenvolvimento e realização das suas atividades, designadamente:

- Responsável pelo tratamento dos seus Dados Pessoais
- Princípios aplicáveis à proteção dos seus Dados Pessoais
- Dados Pessoais, Tratamento de Dados Pessoais e Titular dos Dados
- Categoria de Dados Pessoais que a APDL trata
- Finalidades para o tratamento dos seus Dados Pessoais
- Fundamentos de Licitude
- Prazo de conservação dos seus Dados Pessoais
- Partilha dos seus Dados Pessoais
- Fluxos Internacionais de Dados Pessoais
- Os seus direitos e como poderá exercê-los
- O Encarregado de Proteção de Dados
- Segurança dos seus Dados Pessoais
- Confidencialidade
- Cookies

Princípios aplicáveis à proteção de dados pessoais

O Tratamento dos seus Dados Pessoais é efetuado de acordo com os princípios gerais enunciados no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (“RGPD”), nomeadamente:

- No contexto da relação consigo, a APDL assegura que os seus Dados Pessoais serão tratados de forma lícita, leal e transparente (“Princípio da licitude, lealdade e transparência”);
- A APDL recolhe os seus Dados Pessoais para finalidades determinadas, explícitas e legítimas e não trata posteriormente os mesmos Dados de uma forma incompatível com essas finalidades (“Princípio da limitação das finalidades”);
- A APDL assegura que apenas são tratados os Dados Pessoais adequados, pertinentes e limitados ao estritamente necessário às finalidades para as quais são tratados (“Princípio da minimização dos dados”);
- A APDL adota as medidas adequadas para que os Dados Pessoais inexatos, tendo em conta as finalidades para que são tratados, sejam apagados ou retificados sem demora (“Princípio da exatidão”);
- A APDL conserva os Dados Pessoais de forma que permita a sua identificação apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados (“Princípio da conservação”);
- A APDL assegura que os seus Dados Pessoais são tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental, adotando as medidas técnicas ou organizativas adequadas (“Princípio da integridade e confidencialidade”).

Dados pessoais, tratamentos e titular dos dados

Dados Pessoais são todas as informações e/ou elementos que, independentemente do seu suporte, o podem identificar ou tornar identificável, direta ou indiretamente, perante a APDL, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, os seus dados de localização e/ou identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social.

Tratamento de Dados Pessoais significa a operação ou conjunto de operações efetuadas sobre Dados Pessoais dos Titulares dos Dados, através de meios automatizados ou não-automatizados, desde a recolha da informação até à sua destruição.

Dentro deste ciclo, entre outros, incluem-se o **registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento**. O conceito de Tratamento de Dados Pessoais é bastante alargado e será aplicável a todas as operações ou conjunto de operações realizadas pela APDL com referência aos seus Dados Pessoais.

No contexto das atividades desenvolvidas pela APDL, o **Titular dos Dados** é, sem limitar, o cliente e/ou antigos clientes, potenciais clientes, beneficiários do centro de assistência médica, formadores, formandos, parceiros, candidatos a um emprego, colaboradores e ex-colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços e seus colaboradores, requerentes e reclamantes, visitantes e indivíduos captados em imagens CCTV e todas aquelas pessoas individuais que mantenham uma relação com a APDL e a quem os Dados Pessoais dizem respeito.

Categoria de Dados Pessoais que a APDL trata

No desenvolvimento das suas atividades, a APDL procede ao tratamento de Dados Pessoais de um conjunto significativo de categorias de Titulares dos Dados. Os Dados Pessoais que a APDL recolhe dependem sempre da natureza da interação com o titular e podem incluir os seguintes:

CATEGORIA	DADOS PESSOAIS
Dados de contacto pessoais fundamentais “chave”	Nome, apelido, endereço postal, número de telefone ou telemóvel, número de fax, endereço de e-mail ou outra informação de contacto similar
Dados de âmbito laboral	Numero interno, NIF, NIB, número ADSE, Segurança Social, seguradoras, pensões, penhoras, descontos em vencimento, entre outros.
Dados comerciais para a prestação de serviços e/ou produtos	Dados de pagamento e/ou informações no contexto de resposta a quaisquer questões, solicitações ou reclamações
Dados de pagamento	Modo de aquisição ou subscrição dos produtos e/ou serviços, a sua transação, histórico de faturação e assistência no contexto dos serviços da APDL que utiliza ou qualquer outra informação relacionada.
Dados de localização	Geolocalização quando permite serviços baseados na localização ou quando opta por fornecer informação relacionada com a localização durante o registo de um produto e/ou serviço.
Dados das credenciais de segurança	Identificação de utilizador, palavras-passe e informação de segurança similar necessária à autenticação e acesso às contas da APDL.
Dados demográficos	País, o sexo, a idade, a educação geral e o histórico profissional, bem como, dados de interesse geral sobre o trabalho.
Dados de Preferências	Informação sobre as preferências e interesses do titular, na medida em que isso esteja relacionado com os produtos e/ou serviços e sobre a forma como prefere receber as comunicações.
Dados das redes sociais	Informações partilhadas nas redes sociais na interação com a APDL, onde é garantida a transparência através da existência de políticas de privacidade adequadas.
Dados de utilização de TI	ID de utilizador, funções, direitos, hora de início de sessão, nome do computador, endereço IP.

Ressalvamos que não será obrigado a partilhar os seus Dados Pessoais com a APDL, a menos que seja uma obrigação legal ou por outro fundamento de licitude que assim o legitime. Contudo, caso opte por não partilhar a sua informação pessoal, em alguns casos, a APDL poderá não conseguir prestar os serviços ou fornecer os produtos que pretende, assegurar certas funcionalidades especializadas ou responder eficazmente a alguma questão que possa ter.

Finalidades para o tratamento dos seus Dados Pessoais

O desenvolvimento e realização das várias atividades prosseguidas pela APDL, significam a existência de um conjunto relevante de finalidades específicas, explícitas e legítimas para o tratamento dos seus Dados Pessoais, como:

FINALIDADE	FINALIDADES DE TRATAMENTO
Gestão de Contabilidade, Fiscal e Administrativa	Gestão de clientes Gestão de fornecedores Gestão administrativa Gestão económica e contabilística
Atividade Comercial e Marketing	Gestão de Contactos Gestão de Clientes para a prestação de serviços Marketing Sondagens e inquéritos de opinião Fidelização de clientes
Definição e Análise de Perfis	Definição de perfis básicos de utilização dos sites
Gravação de Chamadas	Monitorização da qualidade de atendimento Emergência VHF
Captação e Gravação de Imagens por Dispositivos CCTV	Videovigilância para a segurança de pessoas e bens Videovigilância para controlo de processos e operações portuárias/fluviais
Gestão de Controlo de Acessos	Controlo de acessos para a proteção de pessoas e bens Acessos à área internacional
Gestão de Recursos Humanos	Atividade de gestão de pessoal e salários Centro de Assistência médica Centro de formação Medicina do Trabalho Controlo de assiduidade e biometria Seleção de pessoal e recrutamento
Gestão de Comunicações Eletrónicas	Gestão da utilização de websites e aplicações Retenção de dados de tráfego/localização Gestão de contrato com operadoras de comunicações
Gestão de Contencioso	Gestão de cobranças Expropriações
Cumprimento de Obrigações Legais	Transferência de dados para Terceiros Reporting obrigatório

Fundamentos de licitude

Por referência ao «Princípio da Licitude» consagrado nas leis de proteção de dados vigentes e futuras, no desenvolvimento e realização das suas atividades, a APDL só trata os seus Dados Pessoais quando existir um fundamento de licitude que legitime o tratamento, nomeadamente:

FUNDAMENTO DE LICITUDE	Em que consiste?
Consentimento	A APDL só tratará os seus Dados Pessoais se consentir no respetivo Tratamento através de uma manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, pela qual aceita, mediante declaração (por escrito ou oralmente) ou ato positivo inequívoco (através do preenchimento de uma opção), que os seus Dados Pessoais sejam objeto de Tratamento.
Diligências pré-contratuais ou a execução de um contrato	A APDL poderá tratar dos seus Dados Pessoais se os mesmos forem necessários, sem limitar, para a execução de um contrato de prestação de serviços e/ou fornecimento de produtos no qual é parte enquanto Colaborador, Cliente e/ou Fornecedor, ou para efetuar diligências pré-contratuais a seu pedido.
Cumprimento de uma obrigação jurídica	A APDL poderá tratar os seus Dados Pessoais para assegurar e garantir o cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja sujeita perante a legislação de um Estado Membro e/ou da União Europeia
Defesa de interesses vitais do Titular dos Dados	A APDL poderá tratar os seus Dados Pessoais para assegurar a defesa dos seus interesses vitais, designadamente quando o mesmo Tratamento seja essencial à sua vida.
Interesses Legítimos	A APDL, outros Responsáveis ou Terceiros, poderão tratar os seus Dados Pessoais desde que esse mesmo Tratamento não prevaleça sobre os seus interesses ou direitos e liberdades fundamentais.

Prazo de Conservação dos Dados Pessoais

A APDL conserva os seus Dados Pessoais apenas pelo período de tempo necessário à execução das finalidades específicas para as quais foram recolhidos. No entanto, a APDL pode ser obrigada a conservar alguns Dados Pessoais por um período mais longo, tomando em consideração fatores como:

- Obrigações legais, ao abrigo das leis em vigor, de conservação de Dados Pessoais por um determinado período;
- Prazos de prescrição, ao abrigo das leis em vigor;
- (eventuais) Litígios; e,
- Orientações emitidas pelas autoridades de proteção de dados competentes.

Durante o período de Tratamento dos seus Dados Pessoais, a APDL garante que os mesmos são tratados em conformidade com a Política de Privacidade em vigor. Assim que os seus Dados já não sejam necessários, a APDL procederá à sua eliminação de forma segura.

Partilha dos seus Dados Pessoais

Entidades com quem a APDL partilha os seus Dados Pessoais	Porque partilhamos os seus Dados Pessoais
Subcontratantes	Os seus Dados Pessoais podem ser partilhados com empresas encarregues da prestação de serviços da APDL. As empresas encarregues da prestação de serviços estão vinculadas à APDL por contrato escrito, apenas podendo tratar os seus Dados Pessoais para os fins especificamente estabelecidos e não estão autorizadas a tratar os seus Dados Pessoais, direta ou indiretamente, para qualquer outra finalidade, em proveito próprio ou de terceiro.
Outros Responsáveis e/ou Terceiros	A seu pedido e com o seu consentimento, os seus Dados Pessoais poderão ser partilhados com outras entidades. Em cumprimento de obrigações legais e/ou contratuais, os Dados Pessoais poderão também ser transmitidos a autoridades judiciais, administrativas, de supervisão ou regulatórias e ainda a entidades que realizem, licitamente, ações de compilação de dados, ações de prevenção e combate à fraude, estudos de mercado ou estatísticos.

Fluxos Internacionais de Dados Pessoais

A APDL poderá eventualmente transferir os seus Dados Pessoais, para fora do Espaço Económico Europeu (“EEE”), para localizações que poderão não garantir o mesmo nível de proteção.

Contudo, a APDL apenas transfere os seus Dados Pessoais para fora do EEE:

- Por meio de regras vinculativas aplicáveis às empresas da APDL;
- Quando a transferência for feita para uma localização ou através de um método ou em circunstâncias que a Comissão Europeia considere garantirem a proteção adequada dos seus Dados Pessoais;
- Quando tiver implementado cláusulas-tipo de proteção de dados adotadas pela Comissão Europeia ou por uma autoridade de proteção de dados competente; ou,
- Quando nenhuma das opções anteriores se aplicar, mas, ainda assim, a lei autorizar essa transferência, por exemplo, se a mesma for necessária para a declaração, o exercício ou a defesa de um direito num processo judicial.

Poderá solicitar informação detalhada sobre as medidas de segurança que a APDL tem implementadas a respeito de transferências de Dados Pessoais para fora do EEE e, quando aplicável, uma cópia das cláusulas-tipo de proteção de dados em vigor através do email dpo@apdl.pt.

Os seus direitos e como poderá exercê-los

Na qualidade de Titular dos Dados Pessoais tratados pela APDL, tem o direito de acesso, retificação, limitação, portabilidade, ao apagamento e o direito de se opor ao Tratamento de Dados Pessoais, em determinadas circunstâncias, os quais poderão ser exercidos nos termos do presente capítulo.

DIREITOS	Em que consistem?
Direito à prestação de informação	Tem o direito de obter informações claras, transparentes e facilmente compreensíveis sobre como é que a APDL usa os seus Dados Pessoais e quais são os seus direitos. É por isso que a APDL lhe disponibiliza todas estas informações neste documento.
Direito de acesso	Tem o direito de obter informação sobre que Dados Pessoais a APDL trata (se os estiver a tratar) e determinadas informações (semelhantes às fornecidas neste documento) sobre a forma como esses Dados são tratados. Este direito permite-lhe ter conhecimento e confirmar que usamos os seus Dados em conformidade com as leis de proteção de dados. A APDL pode recusar o fornecimento da informação solicitada sempre que, para o fazer, a APDL tenha de revelar Dados Pessoais de outra pessoa ou a informação impacte negativamente os direitos de outra pessoa
Direito de retificação	Se os seus Dados estiverem incorretos ou incompletos (por exemplo, se o seu nome ou morada estiverem errados), poderá pedir para a APDL tomar medidas razoáveis para os corrigir.
Direito ao apagamento dos dados	Este direito também é conhecido como o “direito a ser esquecido” e, de forma simples, permite-lhe solicitar o apagamento ou eliminação dos seus dados, desde que não existam fundamentos válidos para que a APDL continue a usá-los ou o seu uso seja ilícito. Não se trata de um direito genérico ao apagamento, pois admitem-se exceções (por exemplo, sempre que esses dados sejam necessários para a defesa de um direito num processo judicial).
Direito à limitação do tratamento	Tem o direito de “bloquear” ou impedir o uso futuro dos seus Dados enquanto a APDL avalia um pedido de retificação ou como alternativa ao apagamento. Sempre que o Tratamento seja limitado, a APDL continua a poder armazenar os seus dados, mas não os poderá usar posteriormente. A APDL manterá

	uma lista dos titulares que solicitaram o “bloqueio” do uso futuro dos seus dados para garantir que essa limitação é respeitada.
Direito à portabilidade dos dados	Tem o direito de obter e reutilizar determinados Dados Pessoais para os seus próprios fins em várias organizações. Este direito aplica-se apenas aos Dados próprios que tenha fornecido à APDL e que a APDL trata com o seu consentimento e os que sejam tratados por meios automatizados.
Direito à oposição	Tem o direito de se opor a determinados tipos de tratamento, por motivos relacionados com a sua situação particular, a qualquer altura em que decorra esse Tratamento, para efeitos do legítimo interesse da APDL ou de Terceiros. A APDL poderá continuar a tratar esses Dados se puder fazer prova de “razões legítimas preponderantes para o Tratamento que se sobreponham aos seus interesses, direitos e liberdades” ou se esses Dados forem necessários para o estabelecimento, o exercício ou a defesa de um direito num processo judicial.
Direito de apresentar queixa	Tem o direito de apresentar queixa junto da autoridade de controlo competente, a Comissão Nacional de Proteção de Dados – CNPD, se considerar que o Tratamento realizado aos Dados Pessoais viola os seus direitos e/ou as leis de proteção de dados aplicáveis

O Encarregado de Proteção de Dados

A APDL procedeu à nomeação de um encarregado da proteção de dados pessoais, o qual assume uma função fundamental no seio da APDL no acompanhamento das atividades de tratamento de dados realizadas e na garantia da respetiva conformidade legal.

O Encarregado de Proteção de Dados tem as seguintes funções:

- a) Controlar a conformidade dos tratamentos realizados pela APDL com as disposições constantes das leis de proteção de dados vigente e conexas à matéria de proteção de dados pessoais nos diversos Estados Membros e/ou na União;
- b) Prestar aconselhamento à APDL;
- c) Cooperar com as Autoridades de Controlo dos respetivos Estados-Membros da União Europeia (em Portugal a CNPD «Comissão Nacional de Proteção de Dados»); e,
- d) Constituir um ponto de contacto com as Autoridades de Controlo e com os respetivos titulares de dados sobre quaisquer questões relacionadas com matérias de proteção de dados.

Poderá a qualquer momento, por escrito, contactar o encarregado de proteção de dados da APDL para quaisquer questões relacionadas com a proteção de dados e a sua privacidade através do e-mail dpo@apdl.pt ou aceder à área do encarregado de proteção de dados em www.apdl.pt/privacidade.

Segurança dos seus dados pessoais

Os seus Dados Pessoais serão tratados pela APDL, no contexto das finalidades identificadas no presente documento, de acordo com a política e as normas internas da APDL e com recurso a medidas técnicas e organizativas adequadas para promover a respetiva segurança e integridade, nomeadamente em relação ao tratamento não autorizado ou ilícito dos seus dados pessoais e à respetiva perda, destruição ou danificação acidental.

Sem limitar, a APDL recorre a requisitos e medidas de segurança lógicas e físicas para garantir a proteção dos seus Dados Pessoais através da prevenção do acesso não autorizado, assegura que o armazenamento da informação é feito em computadores seguros num centro de informação fechado e certificado e que os Dados são encriptados sempre que possível, implementa procedimentos de auditorias e controlo para garantir o cumprimento das políticas de segurança e privacidade e, periodicamente, revê as nossas políticas e procedimentos de segurança para assegurar que os sistemas da APDL estão seguros e protegidos. Contudo, dado que a transmissão de informação pela Internet não é completamente segura, a APDL não pode garantir a segurança dos seus Dados quando transmitidos em rede aberta.

Confidencialidade

A APDL reconhece que a informação que nos fornece pode ser confidencial. A APDL não vende, aluga, distribui, nem disponibiliza comercialmente ou de outra forma os Dados Pessoais a nenhuma entidade terceira, exceto nos casos em que necessita partilhar informação com os Prestadores de Serviço para os fins estabelecidos na Política de Privacidade (www.apdl.pt/privacidade). A APDL preserva a confidencialidade e integridade dos seus Dados e protege-os em conformidade com a Política de Privacidade e todas as leis em vigor.

Cookies

A APDL recorre a cookies para recolha de informação acerca da utilização do website. Sempre que utilizar os websites, a APDL trata os seus Dados Pessoais recolhidos através da utilização de cookies em conformidade com a nossa política de cookies. Para mais informações sobre a utilização de cookies, aconselhamos a leitura e análise da Política de Cookies e a consulta regular da mesma para verificar as versões mais atualizadas.